
Por um outro jornalismo: afeto e pertença das e com fontes locais no fazer jornalístico da Agência Amazônia Real¹

Ingrid Gomes BASSI² – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Pará, Brasil
Cicilia Maria Krohling PERUZZO³ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, e Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.

RESUMO: A Agência Amazônia Real realiza cobertura jornalística do território amazônico de forma independente e contextual, a partir de notícias, reportagens, entrevistas e texto opinativos. Para esta pesquisa o objetivo é analisar as publicações do gênero informativo no ano de 2024, a partir da metodologia de análise de conteúdo com o foco na categoria de fontes (depoimentos e entrevistas). A pesquisa é de caráter qualitativo e de amostragem por conveniência. Como contribuições da pesquisa, apontamos pertença das fontes entrevistadas com o local onde moram, fator socioafetivo que distancia a representação da Amazônia de um local de permanência e exploração.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo na Amazônia; Agência Amazônia Real; Pertença ao local; Contar a história; Outro Jornalismo.

1 INTRODUÇÃO

Agência de Notícias Amazônia Real é um veículo de comunicação independente, financeiramente mantida por recursos de doações, editais e fundações. Dentre essas instituições, destaca-se a Fundação Ford, por meio da iniciativa “Aliança pelo Clima e Uso da Terra” (CLUA), além de outros parceiros diretos e projetos socioambientais. Iniciada em 2013, a Agência tem como missão realizar um “Jornalismo independente e investigativo que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia” (Sobre ..., s.d., on-line). A cobertura noticiosa da Agência contempla o perímetro da Amazônia Legal brasileira, e foi criada pelas jornalistas Katia Brasil e Elaize Farias. As editorias abarcam: Meio Ambiente, Povos Indígenas, Questão Agrária, Política, Economia & Negócios e Cultura. Para esta pesquisa o foco são os sujeitos entrevistados para as notícias, reportagens e entrevistas. Portanto, os objetivos são situar as características do tipo de jornalismo feito por esse meio de comunicação e analisar o papel das fontes entrevistadas no texto jornalístico, como sujeitos contextuais de onde falam e problematizam seus depoimentos.

Posto isso, a questão de pesquisa norteadora deste trabalho indaga sobre o papel do jornalismo realizado pela Agência Amazônia Real, ao trazer entrevistas com sujeitos locais, os quais comumente apresentam pertencimento e afeto ao local. São locais

¹ Artigo completo apresentado no **GP 09 Comunicação, Alteridade e Diversidade**, no XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação Social (Umesp), Professora Adjunta na Facom (Unifesspa), ingrid.bassi@unifesspa.edu.br.

³ Doutora em Comunicação Social (USP), Professora Visitante nos PPGCOM da UERJ e da UFES, cicilia.peruzzo@gmail.com.

distantes da capital Manaus onde é a sede da Agência, e muitas vezes o acesso é via rios ou de avião/helicóptero. Desta forma os jornalistas quando não conseguem se locomover ao local encontram meios e contatos em rede para se comunicarem com essas fontes locais. A Amazônia e em alguns outros territórios pelo país apresentam essas dificuldades no acesso *in loco*, e para a prática jornalística é temerário construir o texto jornalístico apenas com fontes oficiais e/ou de especialistas – o que tem acontecido, muitas vezes, no jornalismo tradicional ao se reportarem sobre a Amazônia.

A Agência Amazônia Real rompe com esse tipo de barreira ao criar pontes de acesso às histórias locais contadas pelo seu próprio protagonismo, e assim valoriza o pertencimento ao território de muitos amazônidas, fator que destoa da condição de exploração de muitas empresas, multinacionais, grandes projetos, agropecuária, mineração, garimpo e até mesmo extrativismo de forma ilegal. Esse conflito de interesses é contextualizado pela Agência, com espaço para o amazônida contar a sua perspectiva. As histórias contadas pelas fontes primárias têm feito a diferença sobre o que sabemos da Amazônia. Por este jornalismo, assim, verificamos a contextualização mais humana, preocupada com as problemáticas do fato noticioso e atento às histórias, os sujeitos locais importam e as prospecções envolvidas na pauta também, para além do jornalismo comumente praticado pelos meios tradicionais e comerciais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

Essa prática jornalística enraizada na realidade, mais humana, reconhecendo nas fontes primárias o potencial de suas histórias, nos remete ao autor Ailton Krenak que escreve em “Futuro Ancestral” um conceito relevante para nosso diálogo, entre Jornalismo e Amazônia. Para o poeta e filósofo originário, ao longo da sua trajetória como defensor da floresta, Meio Ambiente, povos originários e outras tantas interrelações de mundo a partir da natureza viva, visiona uma proposta de “aliança afetiva – que pressupõe afetos entre mundos não iguais”. (Krenak, 2022, p.82). Para ele, então, a aliança afetiva “[...] reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser [...]”. (Krenak, 2022, p.82).

Para falar sobre a Amazônia é preciso reconhecer sua diversidade e ao mesmo tempo seu afastamento histórico do restante do país, e muitas vezes é distante em seu próprio estado e vizinhos, porque os interiores da região são de difícil acesso. O jornalismo nesse cenário precisa realizar uma ponte com os sujeitos que serão entrevistados. O conteúdo oficial, em especial de órgãos públicos, consegue-se com mais

facilidade, os especialistas também, agora as fontes primárias, os moradores, comunidades, ribeirinhos, povos indígenas entre outros, requer confiança e também “aliança afetiva”. O jornalismo independente progressista na Amazônia consegue tecer esses vínculos, além de possuir um olhar de respeito e cuidado com o desdobramento das histórias, pois compreende as diferenças dos mundos representados ali e o compromisso com o meio ambiente. Compreende as alteridades em jogo e escolhe contar as histórias.

Nesse sentido também, a definição de jornalismo independente para associar à produção da Agência Amazônia Real. Eles se intitulam como independente ideologicamente e financeiramente de órgãos públicos e privados e os estudos na área da comunicação e jornalismo independente os enquadram nessa perspectiva. Desta forma, o jornalismo independente compartilha práticas e técnicas do jornalismo convencional mas se distancia dele no quesito de não dependência da publicidade e essencialmente por agir de forma confrontativa com grupos e poderes políticos hegemônicos na sociedade, especialmente em relação à temática, denúncia, exposição crítica, quando assim exigir.

Para Cicilia K. Peruzzo (2024, p.142):

Em geral, são meios vinculados a coletivos populares, cooperativas, indivíduos, equipes de jornalistas, Organizações Não Governamentais (ONG), Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), mas também microempresas empreendem nessa área, ou seja, atuam como pequenas unidades de produção e de “negócios” em busca da sustentação econômica e financeira tanto das organizações como para a remuneração dos colaboradores que nelas atuam, quiçá miram alguma rentabilidade, o que ajuda a explicar o porquê de se considerarem independentes, e não alternativos; já que os meios alternativos não se caracterizam como negócio que visa ao lucro.

Peruzzo (2024, p.144) completa a definição, propondo a ideia de “progressista” a esse jornalismo alinhado com uma proposição de viver em sociedade, respeitando os direitos humanos, a paz social e a equidade. Esses novos espaços de atuação do jornalismo independente colaboram na veiculação de conteúdos bem apurados e com profundidade nos textos de reportagem, as fontes entrevistadas, as angulações e contextualizações por alinharem-se ao que se espera num sistema democrático e plural.

2. 1 Metodologia

Nesta pesquisa utilizamos a análise de conteúdo (Krippendorff, 1990) a qual possibilita organizar, compreender, categorizar, inferir e explicar objetivamente o estudo e a investigação deste trabalho. Segundo Klaus Krippendorff, o método se divide em

cinco procedimentos básicos: “[...] os dados, tal como se comunicam o analista; o contexto dos dados; a forma pela qual o conhecimento do analista o obriga a dividir e explicar sua realidade; o objetivo da análise de conteúdo; a inferência como tarefa intelectual básica e a validade como critério de eficiência” (Krippendorff, 1990, p.36, tradução das autoras). Na análise de conteúdo, foi determinado como corpus de estudo os textos informativos das seis editorias, ao longo do primeiro semestre de 2024. Destarte foram selecionadas seis reportagens, uma de cada editoria e de um mês do semestre, definidos de forma intencional, com base nos critérios importância temática e de escuta de fontes locais, para fins da pesquisa. Essas seis reportagens são as unidades de registro – que são as partes importantes de uma unidade de amostragem. Na sequência da análise de conteúdo, definimos as fontes primárias (Lage, 2001) como categoria de análise, para além de identificá-las nesta investigação será importante observar o que elas contam e agregam ao fato noticiado. Justificamos a categoria fontes primárias porque são importantes para se produzir o material informativo no jornalismo, que é o carro chefe do dia a dia da profissão. Nilson Lage (2001) divide as fontes em: primária, secundária, testemunhal, *expert* (especialista), oficial, oficiosa e independente. A primária, em que vamos nos embasar, é definida quando a partir da fonte se origina o fato gerador de interesse – que é o tema que determinará o interesse pelo fato se tornar um fato jornalístico. No caso de uma notícia sobre a economia circular na agricultura familiar numa região interiorana da Amazônia, por exemplo, a fonte primária seria os/as agricultores/as que estão explorando essa nova forma de economia e autossustentação.

A justificativa do período temporal selecionado deu-se por conveniência baseada no cronograma de pesquisa pós-doutoral⁴ de uma das autoras, como também a abordagem qualitativa sobre as fontes entrevistadas, a qual por observação de outras pesquisas já realizadas pela autora (Bassi, 2020, 2022; Bassi & Guido, 2022) tendem a problematizar os conflitos locais e negociações possíveis a partir do ouvir o amazônida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Então, para a análise temos na sequência de janeiro à junho de 2024, a começar pela Editoria de Economia & Negócios a reportagem: “Estilistas indígenas conquistam espaço na moda”. No mês de fevereiro, na Editoria Povos Indígenas, a reportagem: “Fogo

⁴ Pesquisa: “Jornalismo na Amazônia: como o contar a história na produção jornalística pela Agência Amazônia Real evidencia um outro jornalismo possível para a prática jornalística” realizada no PPGCOM da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com supervisão da professora Dra. Cicilia Maria Krohling Peruzzo.

atinge floresta da TI Yanomami e Hutukara pede providências”. Em março a Editoria Questão Agrária destaca a reportagem: “Líder da comunidade Marielle Franco (AM) denuncia tortura e é preso”. Na Editoria de Política, em abril: “Pará tem a pior insegurança alimentar do Brasil”. A Editoria Meio Ambiente em maio: “Ataques químicos estão mais intensos e agressivos no Maranhão”. No último mês, a Editoria de Cultura: “Rios são protagonistas de mostra virtual que reflete sobre a seca na Amazônia”.

Na primeira reportagem analisada, de janeiro, “Estilistas indígenas conquistam espaço na moda”, da Editoria de Economia & Negócios, é reportado por meio de quatro personagens, profissionais do universo da moda, e de ancestralidade indígena, a trajetória de produção, confecção, planejamento financeiro e exposição das coleções de moda sustentável desenvolvidos a partir de produtos naturais, produção manual e fundamento do produto a partir do conhecimento ancestral e com o cuidado com a natureza.

Para isso, a repórter Nicolý Ambrosio compila na reportagem as histórias das quatro fontes primárias, a saber: Vanda Ortega Witoto, Yra Tikuna, Weena Tikuna e Sioduhi Lima, que contam sobre as representações de suas produções, coleções e marcas. As oito fotos dispostas no texto são de arquivos dos entrevistados e/ou de outras reportagens da Agência.

A estilista, que também é uma liderança indígena, Vanda Ortega Witoto produz em seu “Ateliê Derequine”, moda a partir do “tempo da natureza”, de sementes de árvores, matérias primas disponíveis na natureza, como a fibra do tucum - palmeira que ao crescer forma touceiras resistentes e que costumam chegar a 12 metros de altura. Para Vanda Witoto, do povo originário da região do Alto Rio Solimões, suas peças “se tratam de uma linguagem que reivindica a ocupação de espaços, e sobretudo a contação da nossa história. Contar sobre nós também nos permite tirar nosso fim e essas peças refazem nossa história. Isso é muito potente e buscamos trazer isso como elemento central do nosso trabalho” (Witoto apud Ambrosio, 2024, on-line).

Yra Tikuna costura há mais de 20 anos, ela explica que a criação de suas peças remonta às histórias da sua ancestralidade, em especial, do povo Tikuna. Atualmente mora na aldeia Inhãa-bé, local próximo as áreas ribeirinhas de Manaus, e seu território originário é a Terra Indígena Tikuna Umariçu, em Tabatinga. Ela comenta valorizar e honrar a história do seu povo por meio do seu trabalho, “[...] contada nos grafismos feitos nas peças e também na valorização de espaços para indígenas na moda através da nossa ancestralidade e crenças” (Tikuna apud Ambrosio, 2024, on-line).

A terceira estilista entrevistada é Weena Tikuna - originária da TI Umariáçu, é também cantora, artista plástica e ativista indígena. Nas suas confecções do mundo da moda ela representa os Tikuna, como define o slogan da sua marca “We’e’ena Tikuna”, Arte Indígena. Na reportagem ela explica que a marca nasce do desejo em confrontar o lugar subjugado em que os povos originários historicamente são colocados no país. “A moda indígena é uma forma de preservar a cultura e as tradições dos povos indígenas. A moda da Amazônia não é regional, e sim uma moda contemporânea, alinhada com o mercado *fashion* e tem uma cultura e identidade própria” (Tikuna apud Ambrosio, 2024, on-line).

Weena Tikuna pontua que optou em trabalhar com tecido de algodão orgânico e fibras de tururi, além de realizar os tingimentos de forma natural, a partir do jenipapo e urucum. A estilista também comenta da satisfação em “respeitar a espiritualidade” e descreve essa proposta de arte como resistência. “Eu crio olhando para nossa ancestralidade mas também olhando para nosso futuro, isso é a nossa moda ancestral”. (Tikuna apud Ambrosio, 2024, on-line).

A quarta entrevista é com Sioduhi Lima, também estilista indígena. Artista do povo Piratapuya, e originário da aldeia Mariuá (Amazonas), criou a marca Sioduhi Studio e com ela desenvolveu de forma autoral um corante de tecido em que a base foi a mandioca, vasta na região. Anteriormente, explica que realizava o tingimento da extração de aroeira, uma planta medicinal conhecida, mas que está ameaçada de extinção. Por isso optou pela nova técnica

Sioduhi explica o tema da coleção em que desenvolveu e se apresentou na 7ª Brasil Eco Fashion Week (BEFW), no final de 2023 em São Paulo, junto com outros artistas: “Amô Numiã: Ontem, Hoje e Amanhã”, sendo “Amô Numiã” as primeiras mulheres.

Nessa coleção as inspirações vêm da minha vivência, do lugar onde eu cresci e das histórias que eu ouvi. Essa coleção é muito mais arte-moda do que outras coleções e também mais experimental, e nela eu conto sobre essas mulheres que dominaram as portas sagradas do jurupari e manejaram a Amazônia por meio do matriarcado. (Lima apud Ambrosio, 2024, on-line).

É importante pontuar a profundidade da reportagem ao conversar com essas quatro fontes. São estilistas indígenas, da região Norte, que carregam em suas formas de criar, ações políticas de embate ao racismo, crenças limitantes e preconceitos, e de forma direta buscam conectar-se com suas ancestralidades na maneira de produzir, ao utilizarem

produtos naturais, valorizando o papel da mulher na história, reconhecendo o limite do ecossistema e criando outras tecnologias para a produção de coleções têxteis sustentáveis.

Na Editoria dos Povos Indígenas, o repórter Felipe Medeiros traz em “Fogo atinge floresta da TI Yanomami e Hutukara pede providências”, reportagem com cinco fotos representativas das queimadas na região, sendo quatro da Associação Hutukara e uma da Defesa Civil de Uiramutã.

Imagem 1: Print da Reportagem de Fevereiro, da Editoria dos Povos Indígenas



Fonte: Hutukara Associação Yanomami (HAY), disponível na Agência Amazônia Real

No texto, o fato gerador de interesse baseia-se na denúncia do avanço descontrolado das queimadas em terras indígenas e entornos de Apiaú e Missão Catrimani, ambas dos povos Yanomamis, relatada via ofício pela Hutukara Associação Yanomami (HAY), órgão comunitário local. O ofício é assinado por Dário Kopenawa, vice-presidente da Associação. Segundo o repórter Felipe Medeiros, esse documento foi enviado aos órgãos públicos governamentais, e as fotos foram divulgadas nas redes sociais da HAY. Ainda, Medeiros informa que a HAY utiliza o “Sistema de Alertas ‘Wãnori’, o mesmo usado para monitorar o avanço do garimpo ilegal” (Medeiros, 2023, on-line).

“Das vinte e duas comunidades da região, praticamente todas estão com os roçados queimando. O incêndio descontrolado perdura, queimando as florestas e prejudicando a saúde respiratória de todos, principalmente pessoas idosas e crianças. Ademais, o fogo destruiu redes e objetos. Os Yanomami relatam que tentaram apagar o fogo, porém não obtiveram sucesso”, relata o documento. (apud Medeiros, 2023, on-line).

Na reportagem também problematiza os indicativos solicitados no ofício como ajuda das brigadas de incêndio, retorno de abastecimento de água e a solução curto e

médio prazos de educação ambiental, com a finalidade de conscientização das comunidades, a partir de um planejamento de oficinas e palestras educativas.

Em complemento ao documento, o qual neste caso entra como fonte primária, há a entrevista enviada em áudio para o veículo, do líder Dário Kopenawa. Nele ele pontua o atual momento das queimadas e da seca histórica: “tem muita relação com a falta de respeito à mãe natureza, e que portanto é uma responsabilidade de todos, sendo o fogo o maior inimigo da floresta”. (apud Medeiros, 2023, on-line).

Como especialista é entrevistado o expert Ramón Alves, que é meteorologista da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh). Ele ressalta o impacto do rumo e força do vento e o problema das secas na região, como cenário agravante das atuais semanas de queimadas.

No gancho da reportagem, sobre queimadas na região de Catrimani, o repórter cita como fonte, também primária, uma nota técnica da HAY de janeiro, em que há “[...] registros de grande desmatamento associado ao garimpo”. (Medeiros, 2023, on-line).

Na sequência é citada a referência histórica do nome Catrimani, da Missão de mesmo título, realizada desde 1965 por missionários do segmento Consolata, da Igreja Católica. Pontua que o padre/missionário Bob Mulega critica de forma contundente o rastro das queimadas nos territórios, principalmente pelas plantações serem de subsistência nas 29 comunidades com aproximadamente 1.170 pessoas. Esses dados foram divulgados, segundo a reportagem, no site Vatican News. Os dados entram como fonte secundária pela publicação ser um órgão religioso, entretanto é importante destacar a contextualização fundante da presença do missionário nas comunidades, o qual vivencia partes das realidades dos indígenas da região. Seu posicionamento neste assunto das queimadas tem validade a partir de suas experiências como morador local, mesmo que a etnia dele seja outra por ser missionário.

Como fonte de pesquisa, e assim entra como fonte de expert e secundária, e por ser uma organização é também enquadrada como oficial, Ane Alencar, coordenadora do MapBiomas Fogo e Diretora de Ciência do IPAM. Além da fala de Ane há dados de pesquisa sobre as queimadas, divulgados pelo MapBiomas. A coordenadora explica porque Roraima é o estado com maior agravamento das queimadas no início do ano, em razão de alguns fatores, dentre eles a localização geográfica próxima à linha do Equador. Na pesquisa, há a evidência da quantidade de queimadas por hectares em Roraima, Pará

e Amazonas e segue ao perfilar dados a respeito da destruição se concentrar mais nos territórios florestais, campestres e nas pastagens.

A reportagem encerra o texto com as movimentações dos órgãos públicos locais a respeito do estado de emergência de algumas comunidades e da resposta, de forma geral, para a população do estado. Cita uma reunião do comitê de crise da Operação Verão Seguro realizada no dia 26 de fevereiro, do governo de Roraima com prefeituras de 11 locais e com a presença de secretários de estado, em Boa Vista. Nesta reunião não teve a presença de representantes federais responsáveis pelo atendimento aos povos indígenas. Segundo o governador do estado, o representante da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) será reportado na próxima reunião.

Como última fonte, oficial, há o depoimento do prefeito Benício Roberto de Souza de Uiramutã, local que há diversas comunidades indígenas e está em estado de emergência. Como fontes oficiais sem retorno de resposta, foram: os ministérios da Saúde, dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente.

Ao todo foram nove fontes, três primárias (ofício de Hutukara Associação Yanomami – HAY, Dário Kopenawa e nota técnica da HAY de janeiro), uma secundária (Vatican News), três expert (meteorologista da Femarh, pesquisa da MapBiomias, Coordenadora do MapBiomias Fogo) e duas oficiais (governador de Roraima e prefeito de Uiramutã).

O conteúdo apresentado, complementando o supracitado, pautam situação de emergência humana em várias comunidades indígenas, publicizadas no veículo, de forma a evidenciar o cenário de destruição pelas queimadas, interseccionando a vivência da catástrofe pelo ofício e pela nota técnica, com as proposições científicas dos especialistas e da ancestralidade indígena, por Dário Kopenawa e também o papel das fontes oficiais nestas realidades. Portanto são histórias urgentes da catástrofe política-ambiental nos territórios indígenas, colocando suas formas de vida em constante estado de sobrevivência. Dificilmente outro veículo jornalístico traria a notícia a partir de fontes advindas de ofício e nota técnica, bem como com a preocupação sobre as vidas ali existentes, uma relação de pertença.

Na terceira reportagem desta análise “Líder da comunidade Marielle Franco (AM) denuncia tortura e é preso”, é escrita pelo repórter Leandersom Lima, na Editoria Questão Agrária. São cinco fotos, sendo duas da Comunidade Marielle Franco, uma da Comissão Pastoral da Terra do Acre, uma do Incra e outra de reprodução do Instagram.

Imagem 2: Print da Reportagem de Março, da Editoria Questão Agrária



Fonte: Mário Manzi / CPT-AC, disponível na Agência Amazônia Real

A reportagem traz como fonte principal a entrevista com o líder comunitário e agricultor Paulo Sérgio Costa de Araújo, morador da comunidade Marielle Franco, localidade que fica no município de Lábrea, no sul do Amazonas. O texto traz a problemática da prisão, e também dos sonhos, das aspirações, realidade da comunidade – como a agricultura, da luta diária no campo, e do conflito com o fazendeiro – que alega ser proprietário da terra em que ocupam, bem como dos problemas enfrentados com policiais militares – como abusos e atos de corrupção. Em Marielle Franco residem 200 famílias num território de aproximadamente 18 mil hectares. O texto conta por meio das informações da entrevista, realizada por vídeo chamada, como aconteceu a prisão de Paulo Sérgio na cidade de Boca do Acre (AM), que resultou em 51 dias dele preso.

No texto aprofundado, Leanderson descreve o conflito pela posse terra, entre a comunidade Marielle Franco e os interesses do fazendeiro Sidnei Zamora, proprietário da fazenda Palotina, e que alega ser também proprietário daquele território onde fica a comunidade. Na reportagem é contado como se deu a prisão do líder comunitário, quando ele foi até a delegacia da cidade denunciar o caso de agressão e tortura de quatro membros da comunidade, dentre eles um topógrafo que estava realizando avaliações. Ao chegar na delegacia foi preso pelas autoridades em razão de um mandado de prisão expedido contra ele, por organização criminosa. De denunciante passou a preso, sem ser ouvido ou ter qualquer tipo de defesa. A denúncia contra Paulo Sérgio foi realizada pelo filho do fazendeiro Sidnei Zamora.

Um mês antes da prisão, a

Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas foi até Lábrea e descobriu o sumiço de folhas do livro do registro de imóvel das terras da comunidade Marielle Franco e da Fazenda Palotina, do fazendeiro Zamora. Pelo menos duas páginas foram arrancadas do documento

registrado no Cartório Extrajudicial da Comarca de Lábrea (distante 703 quilômetros de Manaus). (Lima, 2023, on-line).

Além da fonte primária do líder comunitário, Paulo Sérgio, há esta apuração com a Corregedoria, uma fonte oficial. No final da reportagem, Leanderson indica o contato realizado com o fazendeiro Sidnei, mas sem sucesso. E também resgata o pronunciamento de Sidnei Zamora, em entrevista anterior para o veículo, o qual fala da sua isenção sobre denúncias de agressão aos membros da comunidade Marielle Franco e que a narrativa deles seria vitimista.

No texto verifica-se o aprofundamento na fonte entrevistada, que não teve espaço e nem foi procurado por outros meios para explicar o seu lado. Percebe-se uma ligação de afeto da fonte local em querer contar sua história ao repórter, que teve o cuidado na escrita e na apuração das outras fontes.

Na Editoria de Política, em abril: “Pará tem a pior insegurança alimentar do Brasil”, o repórter Leandro Nunomura problematiza os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre insegurança alimentar, em que os estados da região amazônica e o nordeste têm os piores índices. No texto, o estado do Pará é o mais vulnerável, sendo uma em cada cinco famílias vivem a realidade de não terem o suficiente para se alimentarem diariamente. A reportagem traz três fotos, duas da Agência Amazônia Real e outra da Agência Pará, e duas imagens ilustrativas com base nos dados do IBGE, sendo um gráfico e um mapa informativo.

Leandro Nunomora explica as subcategorias da insegurança alimentar, sendo a moderada quando faltam alimentos para os adultos, já a grave é quando atinge também as crianças, e a fome é quando ela passa a ser comum nos domicílios. Na reportagem também há a discussão de que, de forma geral, o país melhorou nos resultados colhidos com base nos últimos dez anos, mas na região norte o dado piorou, chegando a 16%. “Dos dez Estados que enfrentam o problema dos piores tipos de insegurança alimentar, cinco são da Amazônia Legal: Pará (20,3% dos domicílios), Amapá (18,6%), Maranhão (17,9%), Amazonas (17,3%) e Roraima (14,4%)”. (Nunomora, 2023, on-line).

Além dos dados da pesquisa Pnad Contínua 2023 realizada pelo IBGE – fonte oficial e de expert, há as fontes da pesquisa sobre o tema em análise, da pesquisadora Lissandra Amorim Santos, publicada na revista Caderno de Saúde Pública, e dos estudos sobre racismo estrutural de Silvio Almeida, na época ministro dos Direitos Humanos e da

Cidadania do Brasil. As duas últimas fontes, são enquadradas na tipologia de secundárias e experts e colaboram na contextualização dos dados principais da reportagem a partir de uma perspectiva interseccional com o problema da desigualdade social, do racismo estrutural – trazendo a questão de gênero, cor e raça, e da cartografia da insegurança alimentar no Brasil.

É incomum a pauta desta reportagem ser veiculada em meios de comunicação comerciais, e mesmo, atípico para a própria região norte, a partir desta perspectiva crítica em que os estudos das fontes de expert dialogam no texto, em que a insegurança alimentar deve ser compreendida em análise com a questão de cor, gênero, raça, classe social e localidade no país. Juntas, o recorte dos dados do Pnad Contínua 2023 e dos outros especialistas, compartilham proposição política das realidades retratadas, inferindo num contexto grave, pobre e desigual.

Na reportagem “Ataques químicos estão mais intensos e agressivos no Maranhão”, publicada em maio na editoria Meio Ambiente, a repórter Nicolý Ambrosio traz o levantamento de várias organizações, líderes comunitários e moradores de problemas enfrentados pela sociedade local com a pulverização de agrotóxicos. Afirmando que de janeiro até maio deste ano, “organizações rurais contabilizaram 90 ataques químicos em 22 municípios maranhenses” (Ambrosio, 2024, on-line).

O texto traz como fontes primárias moradores dessas localidades afetadas pelo agrotóxico, representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Timbiras (STTR), da Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama), coordenação da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (Fetaema). Trouxe as respostas das Secretarias de Estado do Meio Ambiente, de Estado da Segurança Pública, de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular. Foram cinco fotos e um vídeo curto, dos próprios moradores. Das fotos, duas são do STTR de Timbiras, e as outras três da FETAEMA, do Greenpeace e da Agência Brasil.

Imagem 2: Print da Reportagem de Maio, da Editoria Meio Ambiente



Fonte: Mário Manzi / CPT-AC, disponível na Agência Amazônia Real

As fontes de moradores também enviaram vídeos, evidenciando os problemas que assolam suas cidades e comunidades, vão desde doenças por meio da contaminação das águas à descarte de plantações e roçados inteiros, renda única de muitos moradores. A moradora Maria das Dores acredita “(...) que o veneno contamina o cacho [do arroz]. Ele já está todo maduro, mas o nosso medo é estar contaminado e a gente ser obrigado a comer porque não tem outro” (apud Ambrosio, 2024, on-line).

Na fonte primária da moradora Maria das Dores e dos outros depoimentos, como da coordenadora da Fetaema e do sindicalista, verificamos a potência em suas vozes. São denúncias graves de problemas que caso não sejam sanados pela intervenção dos órgãos públicos podem gerar cânceres e outras doenças e, mesmo, levar a óbitos pessoas e outros animais. Esse contexto deve ser situado também a partir de outros agravantes, como os conflitos de terra, em especial numa região marcada por assassinato e impunidade. Portanto, na reportagem é rico o conteúdo problematizado a partir dessas fontes, em depoimentos diversos, abrangendo mais de 90 comunidades afetadas. São falas que sustentam a denúncia e explicam suas histórias comoventes, de resistência permanente.

A reportagem da Editoria de Cultura problematiza a mostra de arte visual nas redes sociais do Projeto Muluca (mundo-lugar-casa), de Rondônia, no mês de junho. Essa mostra retrata a seca extrema que assolou a região em 2023, o título da mostra “Sonhar o rio: do direito à luta pela paisagem” evidencia o local de fala do artista e idealizador, Gabriel Bicho. Para o artista é muito importante a sociedade praticar a preservação e a manutenção dos rios amazônicos, bem como colaborar na educação ambiental, com consciência e agir coletivo. Ainda no texto, destacam-se 15 artistas compondo a mostra.

Foram quatro imagens na reportagem, sendo três obras de arte e uma fotografia, as quatro com o crédito do Projeto Muluca. Há o depoimento do comunicador indígena do povo Juruna, Josiel Juruna que tem fotografias na exibição. Para o artista, o rio retratado em seu trabalho expressa o conflito do antes e do depois da barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na região de Volta Grande do Xingu, no Pará. Era desse rio em que havia vida para os Juruna, das águas do Xingu eles pescavam, navegavam e mantinham suas relações com a natureza e com a vida, hoje há apenas a seca. Na reportagem há também mais duas fontes primárias, de artistas do norte do país que têm seus trabalhos na mostra.

O projeto Muluca é de caráter independente e sem fins lucrativos, faz a ponte do universo da arte nortista com o público diverso, via Bienal das Amazônias, redes sociais do projeto e outras parcerias com artistas independentes pelo país. Na reportagem sobre a mostra dos rios, como direito e resistência, a jornalista Nicolý Ambrosio traz a entrevista com o idealizador e também com três artistas independentes. As falas dessas fontes primárias são comprometidas com a preservação ambiental e o cuidado com o local onde moram e pertencem socioafetivamente.

É um tipo de jornalismo realizado na Agência que é compreendido como “jornalismo progressista” (Peruzzo, 2024), a partir dele dialogam fontes, com suas histórias, no espectro dos direitos humanos com o fim para a transformação/promoção desses ambientes, com vista à equidade e a paz social, dentro das regras do jornalismo investigativo, ético e plural.

CONTRIBUIÇÕES FINAIS

Ao analisar e aprofundar nas fontes primárias das reportagens, identificamos a prática jornalística da Agência de ater-se aos depoimentos e histórias dos sujeitos ouvidos. São histórias marcadas tanto por mazelas na região amazônica quanto por iniciativas organizativas locais. São histórias que fundamentam muitas denúncias e também são histórias de sujeitos comuns que apenas lutam para continuarem ali e vivos. Essas fontes primárias aos criarem laços de confiança com a Agência veem nela uma possibilidade de serem vistas e ouvidas, inclusas, pelo menos como resposta das autoridades envolvidas. No jornalismo desenvolvido na Amazônia, as histórias das fontes primárias são a ação de “aliança afetiva” (Krenak, 2022) em que a Agência traça para o futuro do jornalismo, um outro jornalismo.

A realidade, trazida pela perspectiva das fontes primárias e testemunhais na análise, evidenciam a importância dada às histórias e vivências das pessoas que moram na Amazônia. A partir de pautas e seleção de fontes plurais, fatores os quais ressaltam o jornalismo independente da Agência, por meio do rigor da prática de apuração jornalística e do texto em profundidade e crítico, é possível, sobretudo, pela não parceria da Agência com pactos e/ou contratos político-econômicos com indivíduos, governos ou empresas agressoras e opressoras do Meio Ambiente e dos povos da Amazônia.

REFERÊNCIAS

AMBROSIO, Nicolay. Ataques químicos estão mais intensos e agressivos no Maranhão. **Agência Amazônia Real**, Manaus, Maio de 2024. Disponível: <https://amazoniareal.com.br/ataques-quimicos-estao-mais-intensos-e-agressivos-no-maranhao/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

_____. Rios são protagonistas de mostra virtual que reflete sobre a seca na Amazônia. **Agência Amazônia Real**, Manaus, Junho de 2024. Disponível: <https://amazoniareal.com.br/rios-sao-protagonistas-de-exposicao-que-reflete-sobre-aseca/>. Acesso em 26 de jun. 2024.

_____. Estilistas indígenas conquistam espaço na moda. **Agência Amazônia Real, Manaus**, Janeiro de 2024. Disponível: <https://amazoniareal.com.br/moda-indigena-da-amazonia/>. Acesso em 26 de jun. 2024.

BASSI, Ingrid Gomes. Agência Amazônia Real e o protagonismo da região norte do Brasil. In: 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2022, João Pessoa - PB. **Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 5 a 9 de outubro de 2022, E [recurso eletrônico]: Ciências da Comunicação contra a Desinformação. João Pessoa - PB: Intercom e UFPB, 2022. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/listaautorgp.php#1>.

BASSI, Ingrid Gomes; GUIDO, Laura. Análise Jornalística da Agência de notícias digitais “Amazônia Real”. In: Caroline Luvizotto; Cláudia Assis. (Org.). **Urgência Afirmativa**. 1ed. Aveiro - Portugal: Ria Editorial, Portugal, 2022, v. 1, p. 204-230. Disponível em: <http://www.riaeditorial.com/index.php/urgencia-afirmativa/>.

BASSI, Ingrid Gomes. Perspectiva socioambiental no discurso jornalístico do site da Agência Amazônia Real. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 3, p. 0107-0121, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9811>.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 2ª ed. Record, 2001.

LIMA, Leanderson. Líder da comunidade Marielle Franco (AM) denuncia tortura e é preso. **Agência Amazônia Real**, Manaus, Março de 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-prisao-so-me-fortaleceu-diz-lider-da-comunidade-marielle-franco/>. Acesso em 01 de out. de 2024.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido. Teoría y práctica**. Ediciones Paidós, 1990.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Companhia da Letras, 2022.

MEDEIROS, Felipe. Fogo atinge floresta da TI Yanomami e Hutukara pede providências. **Agência Amazônia Real**, Manaus, Fevereiro de 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/fogo-atinge-floresta-da-ti-yanomami/>. Acesso em 01 de out. de 2024.

NUNOMURA, Eduardo. Pará tem a pior insegurança alimentar do Brasil. **Agência Amazônia Real**, Manaus, Abril de 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/para-tem-a-pior-inseguranca-alimentar-do-brasil/>. Acesso em 01 de out. de 2024.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. (Coleção Pesquisa Ufes; 58). EDUFES, 2024.

SOBRE a Amazônia Real, **Agência Amazônia Real**, Manaus, s.d. Disponível: <https://amazoniareal.com.br/por-que/>. Acesso em: 26 jun. 2024.